

Nagro Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	4
Demonstrações contábeis	8
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022	15

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ESTRATÉGIA OPERACIONAL

A estratégia operacional da companhia no ano de 2022 foi, (i) Alavancar com as aquisições de novas operações de direitos creditórios do agronegócio o desenvolvimento da Securitizadora, (ii) compra de todas as carteiras legadas do grupo Nagro, que estavam em outras estruturas com o objetivo de concentrar todos os direitos creditórios na companhia, e (iii) Administrar os direitos creditórios presentes no patrimônio próprio da Securitizadora.

RESULTADOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Companhia encerrou o exercício em 31 de dezembro de 2022 com patrimônio líquido de R\$132, tendo sido destacado R\$71 de prejuízo consolidado, neste período.

PERSPECTIVAS OPERACIONAIS

A Empresa pretende manter o seu papel em securitização de direitos creditórios do agronegócio, administrando e adquirindo novas operações de direitos creditórios de agronegócio com o intuito de alavancar essas novas operações do patrimônio buscando a consolidação da estratégia traçada com a venda da companhia, aplicando novas teses de mercado.

São Paulo, 28 de abril de 2023

A administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores da
Nagro Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Nagro Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Nagro Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ocorrência, valorização, existência e exatidão dos recebíveis que servem de lastro para as transações de créditos financeiros

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a principal atividade da Companhia é a aquisição e a securitização de créditos financeiros. No âmbito de sua atividade, conduz a estruturação, emissão e a colocação das operações de securitização. Além disso, é a responsável pelo gerenciamento destes recebíveis, bem como os respectivos pagamentos aos investidores. Devido a relevância desta transação para a Companhia, e o gerenciamento do reconhecimento, mensuração e adequação das operações divulgadas como informações complementares, consideramos este assunto relevante para a nossa auditoria.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista ser o processo de reconhecimento de receitas, além de área crítica e de risco, tratar-se de rubrica de significativo impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, sendo os procedimentos de auditoria de maior complexidade, dado ao tempo envolvido na análise das operações, leitura de contratos, entre outros aspectos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, foram mas não se limitaram: **(i)** conciliação contábil da carteira em sua totalidade; **(ii)** recálculo do valor presente da totalidade dos recebíveis com base nas taxas de juros e demais condições pactuadas contratualmente; **(iii)** exame da existência por meio da verificação do contrato por amostragem; **(iv)** testes documentais para os recebimentos financeiros do direito creditório por amostragem; e **(v)** análise da aderência das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis

Com base na abordagem de nossa auditoria, nos procedimentos efetuados e nas evidências de auditoria obtidas, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para o reconhecimento e mensuração a valor justo dos ativos e o respectivo resultado obtido no exercício são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de abril de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Thiago Benazzi Arteiro
Contador CRC 1SP-273.332/O-9

Prop Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	211	172
Contas a receber	5	418	25
Impostos a recuperar	6	6	7
Total do ativo circulante		635	204
Total do ativo		635	204

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Prop Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Passivo circulante			
Debenture	7.3	503	-
Total do passivo circulante		503	-
Patrimônio líquido			
Capital Social	8.1	200	200
Reserva Legal	8.3	3	3
Lucros/prejuízos acumulados	-	71	1
Total do patrimônio líquido		132	204
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>635</u>	<u>204</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Prop Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto lucro básico por ação)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita líquida	10	88	63
Custo dos serviços prestados	11	(33)	(5)
Lucro bruto		55	58
Despesas/receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	12	(124)	(93)
Despesas tributárias	12	(5)	(6)
Provisão para perdas no recebimento	5	(4)	(4)
Outras receitas (despesas) operacionais	12	0	2
Resultado operacional		(78)	(43)
Receitas financeiras	14	9	3
Despesas financeiras	14	(3)	(1)
Resultado financeiro		6	2
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(72)	(41)
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	-	-
Resultado do exercício		(72)	(41)
Resultado por ação - básico (em R\$)		-0,72000	-0,41000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Prop Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado líquido do exercício	(72)	(41)
Outros Resultados Abrangentes (ORA)	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>-----</u> <u>(72)</u>	<u>-----</u> <u>(41)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Prop Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Nota	Atribuível aos acionistas controladores				Total
	Capital social integralizado	Reserva legal	Reserva de lucros à disposição da Assembleia Geral	Lucros ou prejuízos acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	100	3	42	-	145
Aumento Capital Social	100	-	-	-	100
Resultado Líquido do exercício	-	-	-	(41)	(41)
				0	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	200	3	42	(41)	204
Resultado Líquido do exercício	-	-	-	(72)	(72)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	200	3	42	(113)	132

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Prop Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		(72)	(41)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		4	4
Provisão para perdas no recebimento		4	4
Variações nos ativos e passivos		(396)	98
(Aumento) / Redução em Impostos a recuperar		1	1
(Aumento) / Redução em Contas a receber		(397)	(25)
(Aumento) / Redução em Clientes		-	147
Aumento / (Redução) em Impostos e contribuições		-	(25)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		(464)	61
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento			
Integralização de capital		-	100
Dividendos pagos		-	(14)
Debentures		503	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		503	86
(Redução líquida)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		39	147
Varição em caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		172	25
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		211	172

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Prop Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2022
Receitas		91	68
Outras Receitas		-	2
Provisão para perda no recebimento		(4)	(4)
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo dos serviços prestados		(33)	(5)
Serviços de terceiros e outros		(124)	(93)
Valor adicionado bruto		(70)	- 32
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		(70)	- 32
Valor adicionado recebido em transferência		9	3
Receitas financeiras		9	3
Valor adicionado total a distribuir		(61)	(29)
Distribuição do valor adicionado		(61)	(29)
Impostos, taxas e contribuições		8	11
Tributos Municipais, Estaduais e Federais		8	11
Remuneração de capitais de terceiros		3	1
Despesas financeiras		3	1
Remuneração de capitais próprios		(72)	(41)
Dividendos		-	-
Lucros retidos /prejuízo do período		(72)	(41)
Valor total adicionado		(61)	(29)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis da Companhia Nagro Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. (Anteriormente denominado Prop Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Prop Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., com sede em São Paulo – SP, foi constituída no dia 22 de junho de 2020, sob a denominação de NK 078 Empreendimentos e Participações S.A., com data de registro aprovada na JUCESP e Receita Federal do Brasil em 17 de julho de 2020, e de acordo com a Alteração Contratual assinada em 22 de julho de 2020, registrada em JUCESP em 01 de setembro de 2020. A Prop Securitizadora teve sua totalidade de ações vendidas à Nagro LLC e Gustavo Antônio Alves, mudando sua denominação para Nagro Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., de acordo com a Alteração Contratual assinada em 15 de dezembro de 2021 e registrada na JUCESP em 03 de fevereiro de 2022.

A empresa tem como objeto social a aquisição e a securitização de quaisquer direitos creditórios do agronegócio e atividades compatíveis e previstas na Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, incluindo, mas não se limitando, a administração, recuperação e alienação de direitos creditórios do agronegócio, a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, mediante a constituição de patrimônio separado, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos; agenciamento corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer; aquisição, venda, investimento de qualquer título de crédito e ou de valor mobiliário do mercado financeiro e de capitais nacional; aquisição de participação em outras sociedades, ativos tangíveis e intangíveis; e assessoria e consultoria de qualquer natureza.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentadas em milhares de reais conforme a moeda funcional da Companhia (Real). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas informações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria e sua emissão foi autorizada em 28 de abril de 2023.

2.1. Bases de mensuração

As demonstrações contábeis são elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia elabora suas informações contábeis, exceto as informações de fluxo de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são preparadas usando a moeda funcional (moeda do ambiente econômico primário em que a Companhia opera). Ao definir a moeda funcional da Companhia, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda dos serviços prestados e a moeda na qual a maior parte do custo de sua prestação de serviços é paga ou incorrida. As demonstrações contábeis são apresentadas milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Para efetuar as referidas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

3.2. Demonstração do fluxo de caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 (noventa) dias da data da aplicação, com risco insignificante de mudança no valor justo. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços e não superando o valor de mercado.

3.4. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros incluem depósitos bancários, aplicações financeiras, carteiras de crédito financeiro adquiridas, assim como contas a pagar e outras dívidas. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. De acordo com CPC48, o ativo financeiro sob categoria de instrumentos financeiros mantidos para negociação é classificado pelo valor justo por meio do resultado.

3.5. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída a provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não apurou a necessidade de ajustes por recuperação de ativos.

3.6. Provisões, ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito dos processos em que o Patrimônio Separado questiona a inconstitucionalidade de impostos ou tributos.

3.7. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social são contabilizadas pelo regime de lucro real de acordo com o Art. 14º da Lei 9.718/98 e foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

3.8. Novas normas, alterações e interpretações

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto como demonstrado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos - conta corrente	13	-
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	198	172
Total	211	172

(i) As aplicações financeiras de liquidez imediata do tipo DI com o produto CDB DI, são representadas substancialmente por aplicações em fundos de investimentos e são remuneradas a uma

taxa média mensal de 100% do CDI podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

5. Contas a Receber

a) Descrição dos direitos certificados de recebíveis do agronegócio adquiridos

Os direitos creditórios decorrentes das CCBs adquiridos são correspondentes a obrigação de devedores rurais, de pagar a totalidade dos créditos oriundos das CCBs no valor, forma de pagamento e demais condições previstas nos instrumentos de créditos adquiridos, bem como quaisquer outros direitos creditório adquiridos pela Emissora.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a companhia adquiriu Créditos Financeiros originados de operação de créditos inadimplidos adquiridos e/ou renegociados com um deságio de 45% sobre o valor principal dos títulos negociados.

b) Composição dos recebíveis

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo a seguir representa:

	Saldo em 31/12/2021	Aquisição carteira	Juros e encargos	Provisão para perdas	custo s/ carteira	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Carteira CCBs	25	189	9	(4)	-	(211)	8
Carteira Estressada	-	440	-	-	(30)	-	409
Total	25	629	9	(4)	(30)	(211)	418

	Saldo em 31/12/2020	Aquisição carteira	Juros e encargos	Provisão para perdas	custo s/ carteira	Amortização	Saldo em 31/12/2021
Carteira CCBs	-	148	28	(4)	0	(147)	25
Total	-	148	28	(4)	0	(147)	25

c) Garantias relacionadas aos direitos creditórios

Os direitos creditórios de Cédulas de Crédito Bancário não possuem garantias.

d) Informações sobre a aquisição substancial ou não dos riscos e benefícios da carteira

Incluindo, a metodologia adotada pela emissora para a definição dessa avaliação, os valores dos direitos creditórios adquiridos com ou sem retenção substancial de riscos e, para os direitos creditórios adquiridos sem retenção substancial de riscos, a segregação dos valores por entidade que reteve substancialmente os riscos e benefícios.

- Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios: São aquelas em que a operação adquire substancialmente todos os riscos de propriedade do direito creditório objeto da operação e que, como

consequência, enseja a baixa do direito creditório nos registros contábeis do cedente.

Cessão incondicional de direito creditório incluindo o direito de vendê-lo pelo valor justo, em sua totalidade, de forma autônoma e sem imposição de restrições adicionais à operação de venda; e Cessão de direito creditório em conjunto com opção de revenda pelo valor justo no momento da revenda.

- Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios: São aquelas em que a operação não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação e que, como consequência, não ensejam a baixa do direito creditório nos registros contábeis do cedente.

Cessão de direito creditório em conjunto com compromisso de revenda do mesmo ativo a preço fixo ou preço de compra adicionado de qualquer rendimento.

e) Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa

A avaliação da necessidade de alterações na PECLD é realizada mensalmente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 houve constituição de PECLD no valor de R\$ 4 (R\$ 4 em 31 de dezembro de 2021).

6. Tributos a recuperar

Referem-se aos impostos recolhidos na fonte sobre faturamento e saldo negativo de IRPJ e CSLL e que serão objeto de compensação durante o exercício posterior.

	31/12/2022	31/12/2021
Pis sobre faturamento	-	1
Cofins sobre faturamento	1	3
Saldo negativo IRPJ	3	1
Saldo negativo CSLL	2	2
Total	6	7

7. Debentures

7.1. Condições da escritura

De acordo com a Escrituração das Debêntures, a administração da Companhia visa captar recursos no montante de R\$30.000.000 (trinta milhões de reais) com a integralização de 30.000 (trinta mil) Debêntures, observado o disposto na Escritura a respeito da possibilidade de distribuição parcial.

7.2. Integralização de debêntures

Em 10 de março de 2022, a Companhia emitiu a primeira emissão de debêntures no total de 30.000 (trinta mil) quantidades no Preço Unitário (PU) de R\$ 1.000,00 (um

mil Reais) e até 31 de dezembro de 2022 ocorreu a integralização de 500 (quinhentas) debêntures.

a) Remuneração

As debêntures farão jus a uma remuneração pré-fixada de juros correspondentes a:

(i) 18% (dezoito por cento) ao ano para as Debêntures da Primeira Série; (ii) 18% (dezoito por cento) ao ano para as Debêntures da Segunda Série; (iii) 1% (um por cento) ao ano para as Debêntures da Terceira Série.

O valor Nominal Unitário das Debêntures será pago integralmente na Data de Vencimento das (iv) Debêntures, ressalvada a hipótese de resgate antecipado e de aquisição compulsória das Debêntures; e os Juros Remuneratórios das (i) Debêntures da Primeira Série serão pagos na data 01/04/2024.

(v) Debêntures da Segunda Série serão pagos em 36 (trinta e seis) parcelas, sendo pagas no dia 01 de cada mês com o início em 01/05/2022 e o último no dia 01/04/2025, (iii) Debêntures da Terceira Série serão pagos na data 01/04/2027.

b) Risco de crédito

Os direitos creditórios a serem adquiridos poderão não ser performados, o que poderá acarretar na insuficiência da Garantia quanto ao pagamento integral das debêntures.

C) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa

Quando da aquisição dos direitos creditórios, a administração da Companhia irá efetuar as provisões de crédito de liquidação duvidosa em montantes que estimem sua realização.

6.2. Composição das obrigações com debêntures

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo das debêntures está assim apresentado:

Emissão 1 - Serie 3	31/12/2022
Debêntures emitidas	500
(±) Juros debêntures	3
Total	503

8. Patrimônio líquido

8.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 200 mil (duzentos mil reais), representado por 200.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuído entre os acionistas da seguinte forma:

	ON	%
Gustavo Antonio Alves	1	0,00%
Nagro LLC	199,999	100,00%
Total	200.000	100,00%

8.1.1. Transferência de Ações

8.2. Dividendos

(i) A distribuição do lucro líquido da Companhia é realizada da seguinte forma: **(a)** absorção do saldo de prejuízos acumulados **(b)** 5% para a constituição de reserva legal; **(c)** 25% do saldo destinado ao pagamento do dividendo obrigatório; e **(d)** o saldo, se houver, após as destinações mencionadas anteriormente, será transferido para a reserva de lucros à disposição da Assembleia Geral e terá o destino que lhe for dado pela Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a empresa operou com prejuízo, portanto não houve distribuição de dividendos.

8.3. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, antes de qualquer outra destinação, conforme trata o Art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social integralizado. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve constituição de reserva legal.

9. Provisão para contingências

A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31 de dezembro de 2021 e 2020 qualquer provisão para demandas judiciais.

10. Receita líquida

As receitas operacionais líquidas são compostas por:

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços prestados	-	40
Receita de Juros s/Direitos Creditórios	91	28
PIS, COFINS e ISS	(3)	(5)
Total	88	63

A receita da Companhia é oriunda de honorários de emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) e da prestação de serviços de administração dos patrimônios separados correspondentes das emissões desses certificados.

11. Custo dos serviços prestados

	31/12/2022	31/12/2021
Custodia	-	(5)
Custo de aquisição de carteira	(30)	-
Juros sobre as Debentures	(3)	-
Total	(33)	(5)

12. (Despesas) receitas operacionais

As despesas gerais, administrativas e tributárias e demais receitas, referem-se substancialmente:

	31/12/2022	31/12/2021
Consultoria	-	(15)
Aluguéis de Imóveis	(8)	(5)
Despesa de Software	(7)	(16)
Assessoria Contábil	(26)	(26)
Honorários Advocatícios	(57)	(1)
Despesas Administrativas	(4)	-
Refeições e Lanches	-	(2)
Despesas Tributárias	(5)	(6)
Cartório	(8)	-
Cobrança	-	(7)
Agios/Carteira de Credito	-	(2)
Outras Despesas/receitas	(14)	(17)
Total	(129)	(97)

13. Imposto de renda e contribuição social

13.1. Reconciliação das despesas de IRPJ e CSLL – corrente e diferido

As despesas de IRPJ e CSLL estão conciliadas às alíquotas nominais como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(72)	(41)
(+) Adições	4	4
(-) Exclusões	-	-
Base de Cálculo IRPJ e CSLL	(68)	(37)
Taxa efetiva para Impostos - 24%	-	-
Benefício adicional do IRPJ 10% 240 mil	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente/Diferido	-	-

14. Resultado Financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas de aplicações financeiras	9	3
Despesas financeiras	(3)	(1)
	6	2

15. Remuneração do pessoal-chave da administração

Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração no período de 31 de dezembro de 2022.

16. Relação com auditores

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não contratamos nem tivemos serviços prestados pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda relacionados à Securitizadora que não aos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

17. Demandas Judiciais

Até o momento da publicação da presente demonstração financeira, não houve demandas judiciais relativas a esta emissão.

18. Eventos subsequentes

Durante o exercício de 2023, a companhia alterará seu objeto social para a inclusão de CNAES referente a atividades de cobrança, negociação e alienação dos direitos creditórios a serem adquiridos.

Na data de 03/01/2023, houve a integralização de 1.500 (um mil e quinhentas) debentures referente a terceira série da primeira emissão.

A companhia reestruturou suas operações, transferindo a aquisição de toda carteira que estava em outras empresas do grupo referente aos Direitos Creditórios com a finalidade de concentrar toda a operação na companhia.

* * *